

LIÇÕES DE MAX WEBER A AKIRA KUROSAWA DOMINAÇÃO BUROCRÁTICA E CARISMÁTICA NO FILME VIVER

Edilson Baltazar Barreira Júnior

*Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
Professor e coordenador do Curso de Especialização em Administração
Judiciária da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará
Analista Judiciário Adjunto do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e
pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Religião, Cultura e
Política da Universidade Federal do Ceará.*

Cláudia Maria Lima de Oliveira

*Pedagoga e Especialista em Gestão Pública pela
Universidade Estadual do Ceará
Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.*

Este ensaio busca identificar formas de dominação no filme *Viver* (Ikiru, 1952) do cineasta japonês Akira Kurosawa (1910-1998) com base na teoria formulada pelo cientista social alemão Max Weber (1864-1920).

Entre os vários trabalhos de Weber há um destaque para *Economia e Sociedade*. Este livro publicado em 1920, traz a explicitação dos três tipos puros de dominação legítima.

Os três tipos de dominação legítima – tradicional, legal e carismático constituem formas possíveis de legitimação da autoridade. De acordo Martins (1997:43), Weber utiliza os termos autoridade e dominação como sinônimos. O dominador ou autoridade constitui-se no vértice decisório da estrutura, não se levando em conta se a organização é grande ou pequena, simples ou complexa ou com poucos e difusos degraus hierárquicos ou de uma pirâmide perfeitamente hierarquizada na sua verticalidade decisória.

Para Weber (1998), a dominação se verifica empiricamente em todo tipo de organização social onde se detecta um chefe ou soberano. Isto confere à categoria de análise uma versatilidade, a qual viabiliza uma aplicação a muitas classes distintas de organização.

Weber (1998), no livro *Economia e Sociedade*, apresenta um estudo sobre as formas legítimas de dominação. Para tanto, lançou mão daquilo que chamou de “tipos puros de dominação”. O tipo-ideal é uma categoria de análise, que não interessa como um fim, mas como meio, afinal:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois se trata de uma utopia (...) trata-se de um quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada (COHN, 1997: 106,109).

A formulação weberiana do tipo-ideal é a que mais recebeu crítica. Bresser Pereira e Motta figuram entre os críticos da tipologia ideal quando assinalam o seguinte:

Evidentemente, o pressuposto peca pela base. Mais uma vez se pretende colar o tipo ideal à realidade e ver o que fica do lado de fora. O nível de abstração em que trabalhou Weber foi bem mais alto. Além disso, é preciso distinguir entre organização burocrática e burocratas. (BRESSER PERREIRA & MOTTA, 1981:233).

Portanto, o tipo-ideal não é a realidade, mas uma construção ou um procedimento para organizar a diversidade presente na realidade.

Weber (1998:141) listou três tipos de dominação legítima que são:

a) dominação legal: também chamada de racional-legal ou burocrática, está fundada em estatutos legais racionalmente definidos, impessoais, os quais todos obedecem. O chefe ou superior exerce e tem direito ao poder por procedimentos legais. Nessa forma de dominação a lei é obedecida e não o superior. Cria as condições de possibilidade de uma organização;

b) dominação tradicional: funda-se em crenças relacionadas ao passado e se limita aos costumes e a tradição, opondo-se a qualquer forma de mudança. A relação com os subordinados ocorre de forma pessoal e arbitrária. A obediência se dá pela pelo respeito às tradições e pela lealdade pessoal. Não há nenhuma base racional. A manifestação se apresenta de modos ideais: 1) patrimonial: o poder é exercido devido à dependência financeira dos servidores diante dos patrões; 2) feudal: além da dependência econômica, existe também um juramento de fidelidade e um estrita relação de subsistência;

c) dominação carismática: a origem está no carisma, que é imersa por poderes mágicos. O superior é visto como um herói e o exercício de seu domínio é justificado por suas qualidades e pela fé de seus subordinados. Assim como a dominação tradicional também não tem nenhuma base racional. O domínio é instável, pessoal e intransferível. O poder, entretanto, é um instrumento de transformação social, pois os limites são fornecidos pela própria personalidade.

Assim, dominação é a “probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer ‘poder’ ou ‘influência’ sobre outras pessoas” (WEBER 1998:139). Nenhuma forma de dominação, porém, “contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a

valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua ‘legitimidade’” (WEBER, 1998:139).

A outra contribuição a este trabalho vem de Akira Kurosawa, cineasta japonês, que iniciou sua carreira profissional no cinema em 1936 e terminou com o seu falecimento ocorrido aos seis de setembro de 1998. Seu legado cinematográfico para a humanidade é composto de trinta filmes que vão desde *Sanshiro sugata* (1943) até *Madadayo* (1993).

Em quase toda sua cinematografia, Kurosawa pautou-se por algumas temáticas recorrentes como:

(...) a relação entre o homem e a natureza, o embate entre tradição e modernidade, os traumas causados pela ação das bombas nucleares, os horrores da guerra, as mazelas sociais, a história e sua relação com os samurais, a rigidez das condutas sociais no Japão e a infância (MENDOZA, 2006:84).

Ao pesquisar o filme *Viver* da obra de Kurosawa, pretendeu-se analisá-lo a partir das seguintes questões: existe uma concepção de dominação no filme? Se há, então como o cineasta japonês explicita tal noção?

Thompson (1995:373) lembra que uma narrativa pode ser considerada como um discurso que conta uma história ao apresentar uma seqüência de acontecimentos. Assim, a narrativa é uma forma discursiva que permite à história ir tomando forma, já que ela enquanto tal ainda não existe. Quando contamos verbalmente uma história, seja oralmente ou por escrito, a estamos situando na forma narrativa. Uma história consta de uma sucessão de fatos e da presença de personagens, e a combinação deles produz um todo organizado chamado de enredo.

Em um filme, a história é contada quando são articulados a um conteúdo os devidos elementos expressivos, pois o conteúdo e a expressão formam um todo. Um *traveling*³, por exemplo, por si só, não quer dizer nada. Porém, à medida

que vai acompanhando uma personagem, vai adquirindo um sentido, ou, quando focaliza uma paisagem, vai obtendo outro (VANOYE & GOLIOT-LÉTÉ, 1994). Portanto, como ensina Morin (1980), a narrativa vai ganhando sentido na medida em que um plano⁴ se liga ao precedente e orienta o seguinte.

Em vista disto, parece-nos que a estrutura narrativa, como uma das instâncias da hermenêutica de profundidade formulada por Thompson (1995), é significativa e adequada para a compreensão e análise de *Viver*, pelo fato de ser um enfoque que comumente tem sido utilizado nos campos de análise literária e textual, bem como em estudos de mitos e discursos políticos. Portanto, esta análise apresenta uma descrição da estrutura narrativa do filme centrada na atuação do protagonista.

O filme é narrado a partir da história de vida do protagonista Kanji Watanabe (Takashi Shimura). Ele é um funcionário público que exerce a função de gestor do Departamento de Negócios Públicos, uma unidade administrativa que como as demais se abstém de atender os serviços básicos reclamados pela população. Watanabe e seus comandados se limitam a exercer atividades burocráticas rotineiras, como carimbar e arquivar documentos, alheios a qualquer implicação do papel social.

A estrutura narrativa de *Viver* é dividida em duas partes. A primeira compreende a história de Watanabe desde a sua dedicação profissional, a descoberta do câncer até a luta empreendida para vencer os departamentos burocráticos e conseguir construir o parque para as crianças. Neste primeiro momento desenvolve-se o conflito emocional vivido pelo protagonista, no qual passa por uma profunda crise pessoal como o resultado do conhecimento da chegada iminente da morte. Watanabe, agora um velho, tenta inutilmente recuperar o tempo perdido e percebe que não pode reparar a relação de não comunicação com o seu filho e nora. A personagem principal desfruta seus momentos mais alegres ao lado de uma ex-funcionária de sua repartição, cuja vitalidade juvenil o transmite a alegria de viver e se torna a mola propulsora da decisão de Watanabe em realizar seu compromisso social, dando assim

sentido ao final de sua existência.

A segunda parte do filme inicia com a narração em voz off⁶ que anuncia a morte de Watanabe ocorrida há cinco meses atrás. Este segundo momento tem como elemento narrativo o funeral do protagonista, no qual se procede a reconstrução da história de vida de Watanabe, por meio dos vários depoimentos dos amigos presentes no funeral. Nessa parte, ao que tudo indica, Kurosawa desejava dar ênfase ao lento desenvolvimento do velório, no qual os presentes evocam a memória do amigo falecido, cujos comentários revelam as suas virtudes e seus defeitos (ESTÉVEZ, 2000:57). Os presentes ajudados pela embriaguez, provocada pelo saquê, transformam aquele momento, em um debate sobre a vida de Watanabe que poucos ou ninguém conhecia realmente.

Portanto, como dizem Vanoye & Goliot-Lété (1994:52): “descrever um filme, contá-lo, já é interpretá-lo, pois é de certa maneira, reconstruí-lo (e até desconstruí-lo?)”. Um filme pode conter vários objetivos, como distrair, criticar, documentar, descrever e denunciar. Assim, a sociedade não é revelada nua e crua por ele, mas encenada, ou seja, como descrevem Vanoye e Goliot-Lété (1994:5):

O filme opera escolhas, organiza elementos entre si, decupa no real e no imaginário, constrói um mundo possível que mantém relações complexas com o mundo real: pode ser em parte seu reflexo, mas também pode ser sua recusa (ocultando aspectos importantes do mundo real, idealizando, ampliando certos defeitos, propondo um contramundo, etc.). Reflexo ou recusa, o filme constitui **um ponto de vista** sobre este ou aquele aspecto do mundo que lhe é contemporâneo.

Nesta empreitada evitou-se a armadilha de proceder uma leitura muito além do que realmente o filme apresenta, pois, caso isso ocorresse, poderia nos desviar da atitude de investigadores fílmicos para voltarmos à condição de cinéfilos.

O filme, no entanto, ajuda a compreender a sociedade japonesa após a Segunda Guerra Mundial, pois:

Imagens fotográficas, filmicas e, mais recentemente, videográficas retratam a história visual de uma sociedade, expressam situações significativas, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais e aprofundam a compreensão de expressões estéticas e artísticas. Nesse, caso o que está em jogo é a análise de imagens e discursos visuais, produzidos no âmbito de uma cultura, como uma possibilidade para dialogar com as regras e os códigos dessa cultura. Imagens podem ser utilizadas como meio de acesso as formas de compreensão e interpretações das visões de mundo dos sujeitos e das teias culturais em que eles estão inseridos. (BARBOSA & CUNHA, 2006: 53-54).

No filme, Kurosawa desfere suas críticas à estrutura do serviço público japonês, que pouco ou nada fazia para ajudar os cidadãos mais carentes. *Viver* é um grito de denúncia contra a esterilidade e passividade dos organismos governamentais ante a situação de crise econômica e social pela qual passava o Japão no período pós-guerra. Reveladora é a frase proferida por um dos funcionários que presenciam o funeral de Watanabe que diz: “na Administração não há nada o que fazer, se fazes algo lhe tacham de radical”. A sala de trabalho de Watanabe exemplifica muito bem isso, pois montanhas de pedidos se acumulam nas estantes revelando a quantidade de queixas dos cidadãos reclamando serviços de qualidade, mas as pilhas de processos demonstram o descaso de Watanabe e de seus comandados.

Kurosawa pontua sua crítica nas disfunções do sistema burocrático japonês no pós-guerra. Com base na narrativa do filme, percebemos algumas características na gestão de Watanabe como chefe do departamento. Primeiramente, ele não se empenha em resolver as demandas dos cidadãos que procuram sua unidade administrativa. Em

segundo lugar, há pouca comunicação entre o gestor e seus colaboradores, bem como há uma centralização das atividades no chefe. Por fim, ele é resistente às mudanças.

Primeiramente, verifica-se que os processos com as demandas dos cidadãos não são encaminhados para a devida solução, mas arquivados ali mesmo. Watanabe, como gestor público, não se envolve com os problemas daquelas mulheres, pois prefere passar a reclamação para outro órgão público. Ele está tão preocupado em ver o tempo passar e não se dá conta, que é um gestor de uma instituição estatal e como tal é um servidor do público. Habermas (1984:14) lembra que “o Estado é o poder público. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos”.

Entendo que para ressaltar esse caráter da atividade pública é que Kurosawa destaca com letreiros, tanto o cargo ocupado por Watanabe como o espaço da sua seção. Assim, não há dúvida de que ele e seus colegas são funcionários públicos e preenchem as características apontadas por Weber que compõem a estrutura burocrática da administração pública. No entanto, estão longe de cumprirem aquilo que o Pensador alemão chamou de “espírito normal da burocracia racional”, como sendo:

“1. formalismo, reclamado por todos os interessados na proteção de oportunidades pessoais de vida, de qualquer espécie – porque, de outro modo, a consequência seria arbitrariedade e porque o formalismo é a tendência que exige menos esforço. Em contradição aparente – e parcialmente efetiva – a esta tendência desta classe de interesse está
2. a tendência dos funcionários a uma execução materialmente utilitarista de suas tarefas administrativas, a serviço dos dominados a serem satisfeitos. Esse utilitarismo material costuma manifestar-se na tendência a exigir os correspondentes regulamentos – de natureza formal, por sua vez, e na maioria dos casos aplicados de modo formalista”. (WEBER, 1998:147).

Diante do pleito das mulheres, Watanabe e seus comandados agem apenas pelo formalismo e não utilitariamente. Para Weber, a ação do funcionário burocrático é o “racional orientado a fins”, pois sua atividade limita-se a solucionar problemas referentes a um fim dado de antemão de forma unívoca, e dentro do campo de sua competência. Watanabe não a age assim, pois passa o problema para outro, não o encarando como parte de sua atividade de gestão. Ele assumiu o formal – o processo – não como um meio, mas como um fim em si mesmo, pois sua preocupação é carimbar os papéis para depois arquivá-los.

Quando Watanabe não resolve a demanda das mulheres e repassa para a Seção de Engenharia inicia-se o “calvário” pelos setores inoperantes e engessados pela estrutura burocrática do serviço público. As senhoras percorrem um círculo irracional, peregrinando de órgão em órgão, sem que uma solução seja dada para o problema do esgoto a céu aberto. Por cada setor, são tratadas com escárnio, desprezo, ironia etc. Eis a “via dolorosa” daquelas mulheres pelas unidades da administração pública de uma cidade japonesa inominada: **Negócios Públicos** ? Engenharia ? Parques ? Saúde ? Sanitário ? Ambiental ? Prevenção ? Doenças Contagiosas ? Pestes ? Esgoto ? Rodovias ? Planejamento ? Reorganização ? Incêndio ? Educação ? Conselho da Cidade ? Assessoria do Prefeito ? **Negócios Públicos.**

O ciclo se fecha. As mulheres retornam para o local da partida e são recebidas no balcão por um funcionário que permanece sentado e não dando a atenção devida, diz simplesmente: “você precisam tratar disso com a Engenharia, mesa oito”. Elas já estavam se preparando para percorrer todo o carrossel novamente de forma resignada, quando uma delas rompe o círculo e questiona o servidor público:

Como se atreve? Pare de nos enrolar. Que diabos este cartaz quer dizer? Ajude-nos a matar o tempo? Nós chamamos pessoas como você de matadores de tempo. Todas nós queremos que aquela fossa

fique limpa. Se é Engenharia, Esgoto, Saúde, Sanitário ou Incêndio, o Órgão deveria resolver. Esqueça. Nós não o incomodaremos mais. Você está rindo de nós, o que é um escárnio da democracia. Vamos.

As mulheres já estão indo embora, quando o homem fala com outro colega que o aconselha a pedir às mulheres que coloquem o problema por escrito, pois o chefe havia tirado um dia de folga.

Essas cenas além de revelarem o descaso no tratamento com o público também indicam a centralização das atividades no gestor. A ausência do chefe é um fato inusitado. A folga é o assunto principal na hora do almoço. Um lamenta, que dentro de um mês ele completaria trinta anos de serviço sem nenhuma falta. Outro acha estranho, pois ele não se ausentaria do trabalho nem por um resfriado. Porém um dos colegas é taxativo, quando diz: “nada funciona sem ele carimbar”.

O ato de carimbar (pelo chefe) é a ação principal do Departamento de Negócios Públicos. Na sua ausência os papéis se avolumam sobre sua mesa. As tarefas dependem de sua presença, porém ele inspira desprezo em seus colegas, pois nos comentários na hora do almoço dizem:

algumas pessoas estão felizes por ele ir. Só um burocrático esquema para substituir seu chefe tão rápido (...) se o pior acontecer quem o substituirá?

A falta de comunicação e amizade de Watanabe para com seus companheiros de trabalho gerou neles uma situação na qual a ausência é motivo de alegria e a morte esperança de promoção funcional.

A terceira característica na gestão de Watanabe é a sua resistência à mudança. Vinte anos antes uma proposta para melhoria na eficiência do departamento havia sido apresentada. Ela não foi levada a efeito. O tempo passou e as sugestões permaneceram engavetadas. Quem produziu aquele

documento? Teria sido o próprio Watanabe, ainda jovem, e devolvido por seu chefe, na época, achando tudo muito idealista frente à burocracia estatal. Ou algum subordinado do próprio Watanabe, que o entregou, ele disse que iria ler, mas nunca saiu da gaveta. Estas seriam algumas tentativas de resposta para a elaboração de tal projeto de mudança. Porém tudo se transformou em lixo.

Qualquer mudança vem acompanhada de receios e incertezas, que produzem nas pessoas uma sensação de desconforto. Muitos relutam por medo do desconhecido, insegurança ou por ignorar o que está por vir, pois a “resistência à mudança é qualquer atitude ou comportamento que reflete a falta da pessoa de fazer ou apoiar a mudança desejada” (SCHERMERHORN ET ALII, 1999:296).

O gestor deve ser um agente de mudança, pois lhe cabe o papel importante de liderar e acompanhar a equipe gerida por ele. Espera-se que pela atividade de sua gestão estimule o compromisso de toda equipe e o interesse pelas ações a serem desenvolvidas, por que:

Quando há interesse para as tarefas tudo se faz melhor. Não basta saber fazer, é preciso querer fazer. Um trabalhador competente, e até com experiência, não apresentará necessariamente o melhor desempenho. A motivação é um diferencial para o sucesso. (MOSCOVICI, 2001:157).

Watanabe não faz o tipo de agente de mudança. Ele quer que tudo permaneça como está, pois o melhor é continuar folheando obscuros papéis, carimbando-os e vendo o tempo passar. Esta rotina é cômoda. Agindo assim, ele não interage com seus subordinados, os quais deveriam ser seus parceiros, mas de fato são seus rivais.

Essas atitudes de Watanabe revelam um gestor preso às teias da administração burocrática do Japão no pós-guerra. Weber não construiu uma teoria sobre a gestão pública, mas de autoridade. Para ele, autoridade é poder institucionalizado

e oficializado, assim a utilização do termo gestão é para demonstrar como se expressa a dominação burocrática de Watanabe. Poder é a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social. Autoridade proporciona poder, o qual conduz à dominação.

Quando o protagonista se dá conta da doença e é despertado por Odagiri de que deveria utilizar seu cargo em benefício da sociedade, então ele muda. A mudança é fundamental no transcurso do filme, pois ele deixa de ser um gestor meramente burocrático, cuja função é o formal – o processo – e converte-se no líder de uma causa.

A meta abraçada por Watanabe é a construção do parque infantil aterrando o local insalubre. Ele percorre o mesmo caminho, antes trilhado pelo grupo de mulheres. Rivera (2004) resume a peregrinação de Watanabe pelos órgãos da administração pública da seguinte maneira:

A partir desse momento, Watanabe se move com uma vontade indomável através do emaranhado burocrático que ele conhece tão bem. Pede uma entrevista com um chefe de seção, estimula outro, suplica a outro mais...; procurando animar as esferas de influência estritamente demarcadas dos distintos departamentos, todo esse conjunto de pessoas das jurisdições zelosas de sua independência provocam a falta de comunicação e a inoperância nas piores e mais arrogantes burocracias. Solícito, inoportuno, pertinaz, possuído por um frenesi missionário, Watanabe não se dá trégua nem a concede, pois se lança nessa última aposta para dar sentido a toda a sua existência: só ficará satisfeito se conseguir este propósito, o único que foi realmente concretizado em seus últimos vinte inócuos anos. Ele, ele não sabe, mas lhe restam cinco meses para dar sentido à sua vida (p. 170).

Segundo Weber, a dominação de caráter carismático, como tipo puro de dominação legítima, baseia-se

na “veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por estas reveladas ou criadas”. (WEBER, 1998:141).

Saint-Pierre (1994) assinala que nas análises weberianas, um caso de grande conflito entre o topo e o restante da estrutura burocrática resulta quando o vértice é o ocupado por um líder carismático. Isto se evidencia em tempos de agitação social ou em períodos de eleições políticas, nos quais é de fundamental importância a presença do líder dotado de carisma, tanto para unir as forças partidárias como efeito da confiança que sua “graça” pessoal desperta, quanto no enfrentamento às outras correntes partidárias.

Weber assinala que nada se opõe tanto à estrutura racional burocrática do que a liderança carismática, pois esta se caracteriza pelo seu modo de agir não-racional, enquanto que:

A dominação burocrática é especialmente racional no sentido da vinculação a regras discursivamente analisáveis; a carismática é especificamente irracional no sentido de não conhecer regras. A dominação tradicional está vinculada aos precedentes do passado e, nesse sentido, é também orientada por regras; a carismática derruba o passado (dentro de seu âmbito) e, nesse sentido, é especificamente revolucionária. Esta não conhece a apropriação do poder senhorial ao modo de uma propriedade de bens, seja pelo senhor seja por poderes estamentais. Só é ‘legítima’ enquanto na medida em que ‘vale’, isto é, encontra reconhecimento, o carisma pessoal, em virtude de provas; e os homens de confiança, discípulos ou sequazes só lhe são ‘úteis’ enquanto tem vigência sua confirmação carismática (WEBER, 1998:160).

O agir da liderança carismática é direcionado para despertar emoções em seus seguidores, enquanto que a marca da estrutura burocrática da dominação racional é a introdução

de uma revolução por meios técnicos, a qual transforma primeiro as coisas e as organizações e finalmente os homens.

O despertar das emoções, ao qual se refere Weber sobre o líder carismático é a marca de Watanabe quando resolve enfrentar pela paciência e insistência as barreiras da estrutura burocrática. Três testemunhos são importantes, em nível emocional, para identificar Watanabe como detentor de uma liderança carismática. As mulheres que reclamam pela fossa estourada, um colega de trabalho e o policial que o encontra morto no parque. Todos os depoimentos são proferidos no velório de Watanabe.

Portanto, por meio do depoimento das mulheres, do policial militar e dos colegas de trabalho, a partir da leitura weberiana, percebe-se a conversão de Watanabe em um líder carismático, pois a sua atuação se opôs às bases de legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O enfrentamento ao sistema burocrático foi revolucionário, pois ele se colocou em oposição consciente ao que estava estabelecido na estrutura administrativa estatal.

Para o reconhecimento da autoridade de Watanabe foi necessário que o seu apelo fosse considerado por seus “seguidores”, os quais estabeleceram com ele uma lealdade de tipo pessoal. As mulheres seguiram os seus passos pelos corredores dos órgãos estatais e honraram à sua memória. O único colega de trabalho que chorou em seu velório, num ato silencioso, rebela-se quando percebe que após a morte de Watanabe tudo voltara a ser como antes, tendo como consolo a contemplação do parque, onde as crianças brincam. O policial emociona-se ao lembrar a canção que é um tributo à vida.

Portanto, a enfermidade de Watanabe o levou a uma tomada de consciência, na qual ele deixou de ser um mero gestor burocrático, que pela técnica e competência executa uma tarefa formal, como carimbar processos, para se transformar num líder carismático, cuja obra mexeu com as emoções das pessoas, as quais firmaram com ele uma relação de lealdade.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Andréa & CUNHA, Edgar Teodoro da. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

COHN, Gabriel (org.). **Weber**. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. Vol. 13. São Paulo: Ática, 1997.

ESTEVEZ, Manuel Vidal. **Akira Kurosawa**. Madrid: Cátedra, 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARTINS, Humberto Falcão. Burocracia e a revolução gerencial – persistência da dicotomia entre política e administração. In: **Revista do Serviço Público**, nº1, ano 48, Janeiro-abril, 1997.

MENDOZA, Helder Quiroga. **Cinema e poesia: Uma relação intersemiótica em Akira Kurosawa**. 2006, 133 p. (Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília).

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário: Ensaio de Antropologia**. Lisboa: Moraes, 1980.

MOSCOVICI, Felá. **A organização por trás do espelho: Reflexos e Reflexões**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RITTNER, Maurício. **Compreensão de cinema**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1965.

RIVERA, Juan Antonio. Luz que agoniza. In: **O que Sócrates diria a Woody Allen: Cinema e Filosofia**. São Paulo: Planeta, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: Entre a paixão e a razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SHERMERHORN, John R. Jr et alii. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Campus, 1999.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VANOYE, Francis & GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas: Papirus, 1994.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUnb, 1998.

NOTAS:

¹ É um suave movimento da câmera numa certa direção. O aparelho fica instalado numa base retangular que é empurrado sobre rodas quando da tomada da cena. O movimento pode ser obtido pela base móvel e, o tripé, com a câmera de mão. (RITTNER, 1965:19).

² Um plano é definido em relação à proporção que a figura humana é enquadrada. (RITTNER, 1965:16) .

³ Um mecanismo muito usual no cinema, no qual há um narrador, mas que não aparece na cena, apenas a sua voz.